

Senhor Governador,

Conforme dados oficiais, nos últimos anos, apesar do reconhecido empenho do Governo do Estado, tem crescido consideravelmente o número de mortes de civis decorrentes de intervenções policiais no Estado do Paraná, o que é objeto de preocupação das Instituições, bem como da sociedade paranaense.

Nesse cenário, as Instituições do Sistema de Justiça e a Universidade Federal do Paraná, pela primeira vez na história, discutiram e consolidaram propostas de políticas públicas que podem servir de subsídio para o Poder Executivo Estadual na adoção de intervenção positiva para o adequado enfrentamento dessa grave problemática social.

Assim, com o objetivo de apresentar contribuições para uma compreensão adequada da temática, inclusive acerca dos parâmetros jurídicos que devem ser observados pelas autoridades, encaminhamos, em anexo, estudos técnicos elaborados pela Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná, pelo Ministério Público do Paraná e pela Universidade Federal do Paraná, endossados pelo Tribunal de Justiça e pela Defensoria Pública do Paraná.

**Ao Excelentíssimo Senhor
Carlos Massa Ratinho Júnior
Governador do Estado do Paraná
Curitiba – Paraná**

Nesse contexto, considerando o reconhecido espírito público de Vossa Excelência e com o objetivo de cumprir com nossas missões de pugnar pela boa aplicação das leis, pela correta administração da justiça e pelo aperfeiçoamento das instituições, apresentamos, respeitosamente, duas sugestões:

a) a elaboração e a execução de programa que, progressivamente, torne obrigatória a utilização de instrumento de geolocalização e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança, com o posterior armazenamento digital dos respectivos arquivos, o que, inclusive, foi objeto de recente decisão pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito da ADPF 635¹;

b) a estruturação, com a cooperação da Universidade Federal do Paraná, de curso permanente e obrigatório sobre direitos humanos para todo o Sistema de Justiça e autoridades policiais, a ser internalizado pelas respectivas escolas, com destaque para temas relacionados ao combate a preconceitos, explícitos e implícitos, bem como outras questões que contribuam para o fortalecimento da luta contra a discriminação e a violência.

Na certeza de podermos contar com a especial atenção de Vossa Excelência e colocando-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e diálogos relacionados ao assunto, aproveitamos a oportunidade para reiterar os nossos sinceros protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO Assinado de forma digital por JOSE LAURINDO DE SOUZA NETTO 2022.02.02 10:30:15 -0300	GILBERTO GIACIOIA Assinado de forma digital por GILBERTO GIACIOIA 2022.02.02 10:30:15 -0300	ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO Assinado de forma digital por ANDRE RIBEIRO GIAMBERARDINO 2022.02.02 10:30:15 -0300
José Laurindo de Souza Netto	Gilberto Giacoia	André Giamberardino
Presidente do Tribunal de Justiça	Procurador-Geral de Justiça	Defensor Público-Geral
MARILENA INDIRA WINTER Assinado de forma digital por MARILENA INDIRA WINTER 2022.02.02 10:30:15 -0300	RICARDO MARCELO FONSECA Assinado de forma digital por RICARDO MARCELO FONSECA 2022.02.02 11:17:47 -0300	
Marilena Winter	Ricardo Marcelo Fonseca	
Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná	Reitor da Universidade Federal do Paraná	

¹ <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=481169&ori=1>